Introdução

Inicialmente, a ideia era que este trabalho fosse voltado à discussão da problemática e insuficiência da discussão dicotômica relativismo versus universalismo no âmbito dos direitos humanos. O interesse por esse tema em particular surgiu durante o desenvolvimento da minha monografia, na qual foi discutida uma suposta solução para essa problemática: o diálogo intercultural. Para construir os argumentos usados na defesa dessa teoria, foi feito um estudo autoral, tendo como base alguns dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, Raimon Panikkar e Abdulahi An-Na'Im¹.

Entretanto, a teoria do diálogo intercultural trouxe também muitas dúvidas. Duvidei da possibilidade de ser aplicada no mundo atual, dentro de sua lógica, com suas classificações, hierarquias e amarras institucionais. A teoria, para ser bem-sucedida, teria de partir de alguns pressupostos, dentre eles, o princípio da igualdade – não apenas formal – entre os Estados. Ou seja, todas as nações, nas tomadas de decisão de interesse internacional, teriam de ter a mesma voz, o mesmo poder político, a mesma força hierárquica. Isto dentro de instituições pré-existentes, tal como a ONU, o que seria extremamente problemático – para não

1 Todos esses autores defendem o diálogo intercultural, ainda que de perspectivas diferentes. Panikkar, antropólogo, trabalha com o diálogo intercultural através de uma “ferramenta” que chama de diálogo dialógico. É através dessa ferramenta que ele busca a percepção da situação pluralista e intercultural do ser humano, uma vez que nenhuma cultura ou tradição pode alegar ser a única ou a melhor; além disso, não há mais como sociedades humanas viverem em completo isolamento. Sendo assim, todo problema humano deve ser visto através de uma perspectiva intercultural. O diálogo dialógico é apresentado por Panikkar como o oposto do sentido de monológico, ou seja, o ser humano jamais poderá dialogar dialogicamente sozinho. Esse diálogo seria fundamental para o autoconhecimento das pessoas dele participantes. Quando duas ou mais culturas se relacionam, geram-se aí problemas interculturais e seus estudos e análises devem buscar a perspectiva dentro da qual esse problema se encontra. Nesse caso, dever-se-ia, com o diálogo dialógico, reformular o problema usando os valores e conceitos das culturas envolvidas. O autor, a partir desse método, afirma que os direitos humanos existentes não são universais, mas locais, pois teriam partido de uma perspectiva monológica e etnocêntrica, não dialógica (Panikkar, Raimon. *Seria a noção de Direitos Humanos um conceito ocidental?* In: *Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.). Boaventura de Sousa Santos, no mesmo sentido de Panikkar, critica a forma da construção da corrente universalista dos direitos humanos, considerando-a uma construção de cima para baixo, e não emancipatória. Para esse jurista, direitos humanos verdadeiramente universais somente poderiam ser construídos de baixo para cima, através do diálogo, no qual todos teriam voz (Santos, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural dos direitos humanos*. In: BALDI, Cesar Augusto (org.). *Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004).

dizer impossível –, pois essas instituições já têm donos, já possuem uma dinâmica baseada na hierarquia.

A partir daí, pensei em desenvolver um trabalho que discutisse os problemas paradigmáticos da própria discussão universalismo *versus* relativismo. Iniciei esse trabalho com o desejo de analisar os pressupostos dessa discussão e suas questões incertas, duvidosas. No princípio, desejei “tão-somente” dissertar sobre os paradigmas modernos presentes na construção do próprio discurso de direitos humanos (o que já é um enorme trabalho).

Posteriormente, percebi que desejava mais. Comecei a me indagar sobre quem seriam, na prática os humanos; quem seria o sujeito dos chamados Direitos Humanos; e como seriam esses direitos aplicados àqueles que não se encaixam no modelo moderno de homem. Quis discutir como esses pressupostos cartesianos dos direitos humanos são refletidos na prática. Assim como acontece na teoria, a discussão da aplicação prática dos direitos humanos também é infinita. Portanto, escolhi um foco de pesquisa: o estudo das intervenções humanitárias e dois *cases* (o caso Kosovo e o caso Iraque), para que fosse possível analisar como – e se – os paradigmas modernos influenciam o mundo real dos direitos humanos.

Ressalta-se que o presente trabalho não possui a presunção de desejar esgotar as discussões por ele propostas. Muito pelo contrário: seu propósito é trazer controvérsias, criar curiosidade sobre os temas nele analisados, gerar discussões, jamais acabar com elas. A análise da presente pesquisa também não esgotou qualquer tema. Ela buscou apenas ter uma visão crítica sobre as questões nela mencionadas, com a intenção de debater assuntos que são quase tabus no mundo dos direitos humanos.

Primeiramente, serão examinadas, *en passant*, as características principais da teoria cartesiana, a partir de seu próprio *Discurso sobre o Método* e com o auxílio de Noam Chosky, que dissertou, em suas obras sobre teoria da linguagem, sustentado pelas premissas cartesianas da essência humana. Desta forma, veremos o caráter racionalista, mecanicista e determinista do homem, além da questão do inatismo da racionalidade humana. São introduzidas, desde já, as dicotomias modernas, sob uma visão crítica: corpo x mente; criação x mecanicismo; e razão x paixão.

Mas a análise da teoria cartesiana sem a demonstração do seu reflexo na teoria dos direitos humanos é, para o presente trabalho, inútil. Faz-se necessário explicar como teorias modernas influenciaram a construção do próprio sujeito jurídico dos direitos humanos. Para tanto, devemos nos perguntar quem é esse sujeito, e como ele se encaixa nesse debate. Examinar-se-á a idéia de “homem livre” e a construção dessa idéia na legislação de validade pretensamente universal. E, aproveitando a discussão do sujeito moderno, passaremos, rapidamente, por referências históricas da idéia de homem e de humanidade, a partir dos trabalhos do professor Costas Douzinas.

Em seguida, serão apresentados alguns dos principais pressupostos modernos-cartesianos sob uma ótica crítica, desmistificadora, com o auxílio de autores tais como Bruno Latour e Boaventura de Sousa Santos, que se empenham em desconstruir a base na qual a teoria atual supostamente hegemônica se fundamenta. A partir desses dois autores, refletiremos sobre a construção das dicotomias modernos e a separação analítica de elementos inseparáveis. Estudar-se-ão as origens históricas da proliferação ocidental do modelo cartesiano, com a análise da teoria de Aníbal Quijano, que explica os mitos fundacionais da modernidade, a classificação mundial feita pelos europeus e a construção da idéia de superioridade intelectual européia. Serão apresentadas ainda outras dicotomias, tais como selvagens x civilizados, Oriente x Ocidente, europeus x não-europeus.

A hegemonia cartesiana também será criticada do ponto de vista psicanalítico, com a apresentação da natureza humana tal como Winnicott a descreve. A principal dicotomia moderna a ser aqui examinada e criticada será a do Eu x Outro. Com a ajuda do psicanalista, entenderemos que o Eu e o Outro nunca podem ser considerados pontas opostas, mas sim em conjunto, pois é o Outro que constrói o Eu. É a partir do reconhecimento do Outro que o Eu desenvolve a sua própria identidade. Winnicott também explica como cada ser humano é único, peculiar, apesar de ter algumas tendências inatas. Tendências, repito, e não determinismos cartesianos.

No mesmo capítulo, estudar-se-á a aplicação desta visão crítica metodológica dentro da perspectiva dos Direitos Humanos, apontando a insuficiência do debate universalismo *versus* relativismo, adotando-se, em

especial, críticas muito relevantes feitas pelos já mencionados Bruno Latour e Costas Douzinas.

No segundo capítulo, apresentar-se-á uma das conseqüências devastadoras advindas da legitimação de uma política desumanitária pela alegação de proteção de direitos pretensamente universais: as autodenominadas “intervenções humanitárias”. Visa-se, neste ponto, questionar quem está sendo efetivamente protegido pelos direitos humanos, suas convenções e resoluções, e quais são os interesses econômicos, políticos, militares e jurídicos envolvidos.

Para um melhor entendimento das intervenções humanitárias do ponto de vista teórico, juntamente com uma análise crítica, estudar-se-á a obra *Humanitarian Interventions* de Aidan Hehir. Começar-se-á o último capítulo do trabalho com o estudo dos conceitos de intervenção humanitária – tema, por si só, bastante controverso, sendo possível apenas apresentar as correntes majoritárias – e a normatização internacional a seu respeito. A partir de então, se discutirá como vêm de fato ocorrendo essas intervenções.

A teoria política de Noam Chomsky tem papel fundamental no desenvolvimento deste capítulo. O caráter contra-hegemônico desta teoria auxiliará as considerações a serem expostas no que diz respeito à controvérsia sobre o tema da universalidade dos direitos humanos. A partir de suas obras, serão desenvolvidos temas-chave para a compreensão do aspecto político dos direitos humanos: as estratégias imperialistas das grandes potências; as propagandas de massa divulgadoras e defensoras dos países ricos como “heróis” do mundo; a criação e disseminação do inimigo da humanidade (hoje, o terrorista mulçumano); e a legitimação de atos desumanos.

Finalmente, serão estudados dois *cases* de intervenções humanitárias: a guerra de Kosovo e a do Iraque. Foram escolhidos esses casos, primeiramente, por seu alto grau de controvérsia e, em segundo lugar, por terem sido bastante estudados por teóricos e pela enorme quantidade de informações adquiríveis nas mídias.

Salienta-se, por último, que o presente trabalho não possui uma conclusão, havendo apenas considerações gerais e finais. Outras questões também relevantes

para a presente discussão não foram aqui debatidas, por falta de tempo suficiente para desenvolver esses temas com o cuidado e análise necessários, tais como: casos em que intervenções foram requeridas pela comunidade internacional, mas não ocorreram; casos de emancipação e reconhecimento de populações; dominações que ocorrem dentro de grupos.